

## ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

### EVOLUÇÃO RECENTE DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA (1974-1983)

#### I

Decorrido um decénio, torna-se possível avaliar melhor a acentuada quebra que se registou na emigração portuguesa em 1974-75; por outro lado, começa a ser interessante averiguar as características que assumiu ultimamente a partida de gente do nosso país (1).

A figura 1 dá conta da evolução global registada a partir de 1965 (emigração legal). Aos de grandes contingentes iniciais, sucederam-se alguns anos em que o número de saídas se situou entre cerca de 20.000 e pouco mais de 25.000, para se atingirem os valores mais baixos em 1982 (17.135 saídas) e 1983 (13.680). Tomando como limite o ano charneira de 1974, resulta uma média anual de 74.617 emigrantes em 1965-74 (menos de 50.000, só em 1974) e de apenas 23.482 em 1974-83. Se adicionássemos os emigrantes clandestinos, em relação aos quais existem já algumas estimativas, a diferença seria ainda mais acentuada, pois embora presentes nos últimos anos, o seu número foi particularmente avultado no primeiro dos dois decénios referidos.

Os quadros I e II permitem verificar, ano por ano, de 1974 a 1983, as áreas de origem dos emigrantes (distritos e Regiões Autónomas) e as de destino (continentes e alguns países, considerados mais significativos).

Quanto às primeiras, afigura-se porventura útil retomar os três grandes conjuntos, definidos por JOÃO EVANGELISTA há já algum tempo, em relação ao Continente e ao longo período de 1866-1960: Norte, com 82% dos emigrantes (distritos do Porto, Aveiro e Viseu, que forneceram mais de 10% do total, cada um, e ainda os de Braga, Bragança, Coimbra, Guarda e Vila Real, cuja parte se situou entre 5% e 10%, para cada um); Centro, a que o autor juntou os distritos de Viana do Castelo e Faro, que, tal como os de Castelo Branco, Leiria, Lisboa e Santarém, viram partir 1% a 5% dos emigrantes, o que corresponde a um contributo global de 17,5%; Sul, essencialmente alentejano, com 0,5% dos emigrantes apenas (distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal) (2). JOÃO EVANGELISTA notou que, em 1960-65, se esboçava a

(1) Salvo indicação em contrário, os elementos que aqui se apresentam foram extraídos dos volumes das *Estatísticas Demográficas* relativos a 1974, 1975, 1976-1979, 1980-1982 e 1983. Assinale-se que em 1975 foi interrompida a publicação do *Boletim Anual*, da Secretaria de Estado da Emigração, onde se reunia um conjunto de dados substancialmente mais volumoso (posteriormente retomada até 1977).

(2) JOÃO EVANGELISTA, *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa 1971, p. 102-

## QUADRO I

## Áreas de origem dos emigrantes

Distritos e Regiões Autónomas	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	Total
Aveiro	3098	1658	1202	1146	1272	2373	2356	2218	1832	1208	18363
Beja	486	150	600	547	616	711	693	723	677	444	5647
Braga	2301	916	623	658	844	1204	1264	1220	1135	859	11024
Bragança	464	140	190	313	421	730	778	882	829	703	5450
Castelo Branco	687	301	274	312	412	521	634	543	432	419	4535
Coimbra	1942	640	553	591	635	861	901	787	599	452	7961
Évora	169	45	130	116	112	160	232	194	160	91	1409
Faro	502	298	380	471	573	658	466	432	320	226	4326
Guarda	766	351	495	616	822	838	774	632	507	430	6231
Leiria	2968	1342	936	813	789	1295	1165	1114	701	553	11676
Lisboa	3746	4085	2553	3448	3640	3575	3709	3887	2587	1889	33159
Portalegre	147	38	65	36	44	68	86	54	36	25	599
Porto	2365	960	738	1176	1290	1521	1584	1592	1454	911	13591
Santarém	1445	618	625	501	506	819	825	802	695	532	7368
Setúbal	782	422	516	891	1109	1221	1067	1152	810	604	8574
Viana do Castelo	1301	689	536	491	498	751	665	801	589	466	6787
Vila Real	1761	836	846	891	1242	1534	1356	1526	958	1018	11958
Visu	1701	617	791	995	1508	1659	1821	1527	1249	1211	13079
Açores	12400	7947	5611	4212	4848	5015	4378	2544	1183	1349	49487
Madeira	4356	2751	1805	1279	931	804	453	517	382	290	13568
PORTUGAL	43397	24811	19469	19543	22112	26318	25207	23147	17135	12041	234819

QUADRO II  
Destinos dos emigrantes

Continentes e Países	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	Total
Europa	17 575	5 507	4 705	4 717	5 805	8 781	9 763	8 646	7 665	6 650	79 814
França	10 568	2 866	2 637	2 489	3 695	5 560	5 772	4 951	4 321	4 373	47 232
R.F.A.	3 049	1 072	346	210	112	76	69	41	28	23	5 026
América do Norte	21 288	14 892	11 257	9 238	10 118	11 068	8 455	6 671	3 472	3 370	99 829
Canadá	11 650	5 857	3 599	2 335	1 868	2 805	3 334	2 196	1 484	825	35 953
E.U.A.	9 540	8 975	7 496	6 822	8 176	8 180	5 000	4 295	1 890	2 457	62 831
América do Sul	3 300	3 515	2 699	4 258	3 946	4 203	3 054	2 762	3 022	1 588	32 347
Venezuela	2 550	1 903	1 833	3 681	3 575	3 934	2 734	2 484	2 828	1 376	26 898
Brasil	729	1 553	837	557	321	216	230	228	187	197	5 055
África	591	267	318	408	869	1 117	1 204	1 302	692	688	7 456
Ásia	—	374	277	481	874	918	2 411	2 346	822	517	9 020
Oceania	643	256	213	441	500	231	320	1 420	1 462	867	6 353
TOTAL	43 397	24 811	19 469	19 543	22 112	26 318	25 207	23 147	17 135	13 680	234 819

tendência para uma repartição mais equilibrada (54,2%, 42,2% e 3,3%), o que, conforme verifiquei, se acentuou entre 1966 e 1975: Norte, 53,6%; Centro (mais Viana do Castelo e Faro), 39,9%; Sul, 6,5%<sup>(3)</sup>. No decénio que agora nos interessa (1974-83), embora de forma ténue, as percentagens aproximaram-se ainda mais, subindo a do Sul fundamentalmente por decréscimo da do Norte: 51% para este, 39,5% para o Centro e os dois distritos assinalados, 9,5% para as áreas alentejanas.

Passando à relação entre os emigrantes do Continente e os das Regiões Autónomas (arquipélagos da Madeira e dos Açores), os primeiros representaram 82,4% em 1965-74 e sensivelmente menos, 73,1%, em 1974-83. A parte dos emigrantes insulares foi sobretudo relevante em 1974, 1975 e 1976, conforme, aliás, se nota bem na figura 1.

Este facto está relacionado com as variações anuais registadas quanto aos países de destino dos fluxos migratórios. Como se sabe, logo que começaram a sofrer efeitos da crise económica, a Alemanha Federal (em 1973) e a França (em 1974) tomaram severas medidas restritivas, no que respeita à instalação de estrangeiros nos seus territórios. Tratava-se dos dois principais países de destino dos emigrantes portugueses. Em 1973, foi a Alemanha Federal que acolheu maior número deles (31.479), ocupando a posição que normalmente cabia à França, desde que, na passagem para

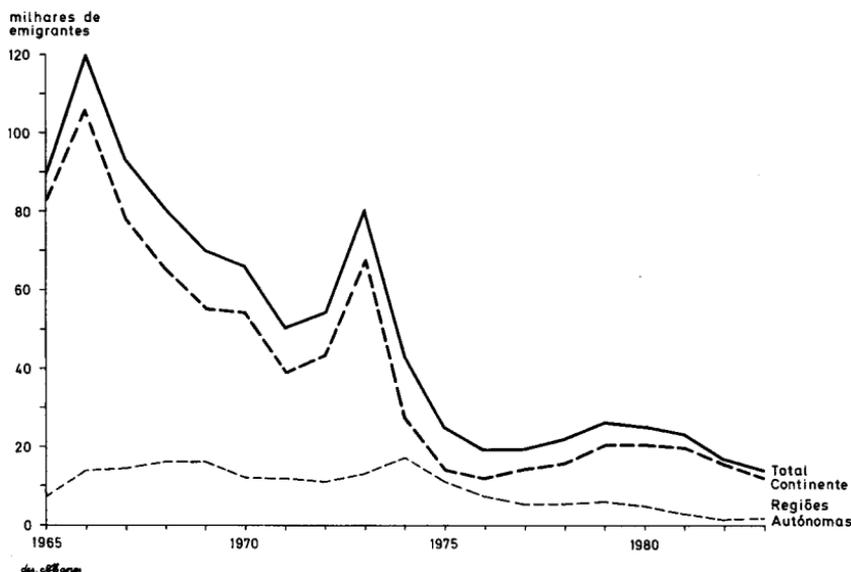


Fig. 1 — Evolução da emigração (1965-1983).

(3) CARLOS ALBERTO MEDEIROS, *Portugal. Esboço Breve de Geografia Humana*, 2.ª ed., Lisboa 1978, p. 19-20.

os anos 60, a emigração se intensificara de forma acentuada. Em 1974, coube ao Canadá o primeiro lugar, que passou para os Estados Unidos entre 1975 e 1979; a França voltou a detê-lo de 1980 a 1983. Quer dizer: travada a emigração dentro do continente europeu, os países norte-americanos, que tinham posições secundárias, ascenderam ao primeiro plano, com o contributo relevante da emigração açoriana, a qual só em 1981 e 1982 acusou diminuições sensíveis (quadro I).

Por outro lado, ao mesmo tempo que se registava o declínio da emigração, novos destinos passaram a ser procurados e foi assim que países da Ásia e, em menor escala, da África e da Oceânia ganharam alguma importância em relação ao total de saídas. De notar que, designadamente no caso dos países árabes do Médio Oriente, os emigrantes são recrutados com frequência na base de contratos de trabalho (construção civil e obras públicas), findos os quais voltam para Portugal.

As figuras 2 e 3 conjugam os elementos relativos às áreas de partida e de acolhimento. Na figura 3, considerando apenas os três continentes para onde mais se encaminham os portugueses, é notória a predominância da emigração açoriana para a América do Norte e, com menor incidência, a da madeirense para a América do Sul; os distritos continentais permanecem sobretudo ligados à Europa, o que é menos notório nos casos de Aveiro, Lisboa e Setúbal<sup>(4)</sup>.

## II

Como é natural, uma vez reduzida substancialmente e de forma brusca a emigração, os seus reflexos demográficos em Portugal tornaram-se menos salientes. As figuras 4 e 5 mostram alguns aspectos da variação ocorrida entre 1970 e 1981, anos dos recenseamentos.

A permilagem de emigrantes (média dos 4 anos mais próximos do do censo) em relação à população residente diminuiu de forma sensível, o que é flagrante em distritos como Braga, Leiria e Faro, e ainda nas Regiões Autónomas, onde os Açores, apesar disso, registam em 1981 o índice maior (figura 4). A nível do país, passou-se de 7<sup>0</sup>/<sub>00</sub> para 2,3<sup>0</sup>/<sub>00</sub>.

A comparação da percentagem de emigrantes em função do excedente de vidas, nos períodos de 1969/72 e 1979/82, revela evoluções mais diversificadas, já que, se é certo que diminuiu o número de emigrantes, o mesmo aconteceu à diferença entre nascimentos e óbitos (salvo em Faro e Setúbal). Ainda assim, as taxas baixaram no conjunto do território (de 70,1% para 37,3%) e na maioria dos distritos, excepto nos de Beja, Castelo Branco, Guarda e Vila Real (mas nos três primeiros os excedentes de vidas foram inferiores a 1000 em 1979/82, o que retira significado às percentagens; em Portalegre, o número de mortos foi superior ao de nados-vivos).

Nas circunstâncias actuais, a emigração temporária tem ganho relevância: a partir de 1976, ano em que as *Estatísticas Demográficas* começaram a mencioná-la

---

(4) Ultrapassam os 10% de partidas para outros continentes, além dos três citados, os distritos de Faro, Portalegre, Porto e Santarém; o mesmo acontece na Região Autónoma da Madeira.

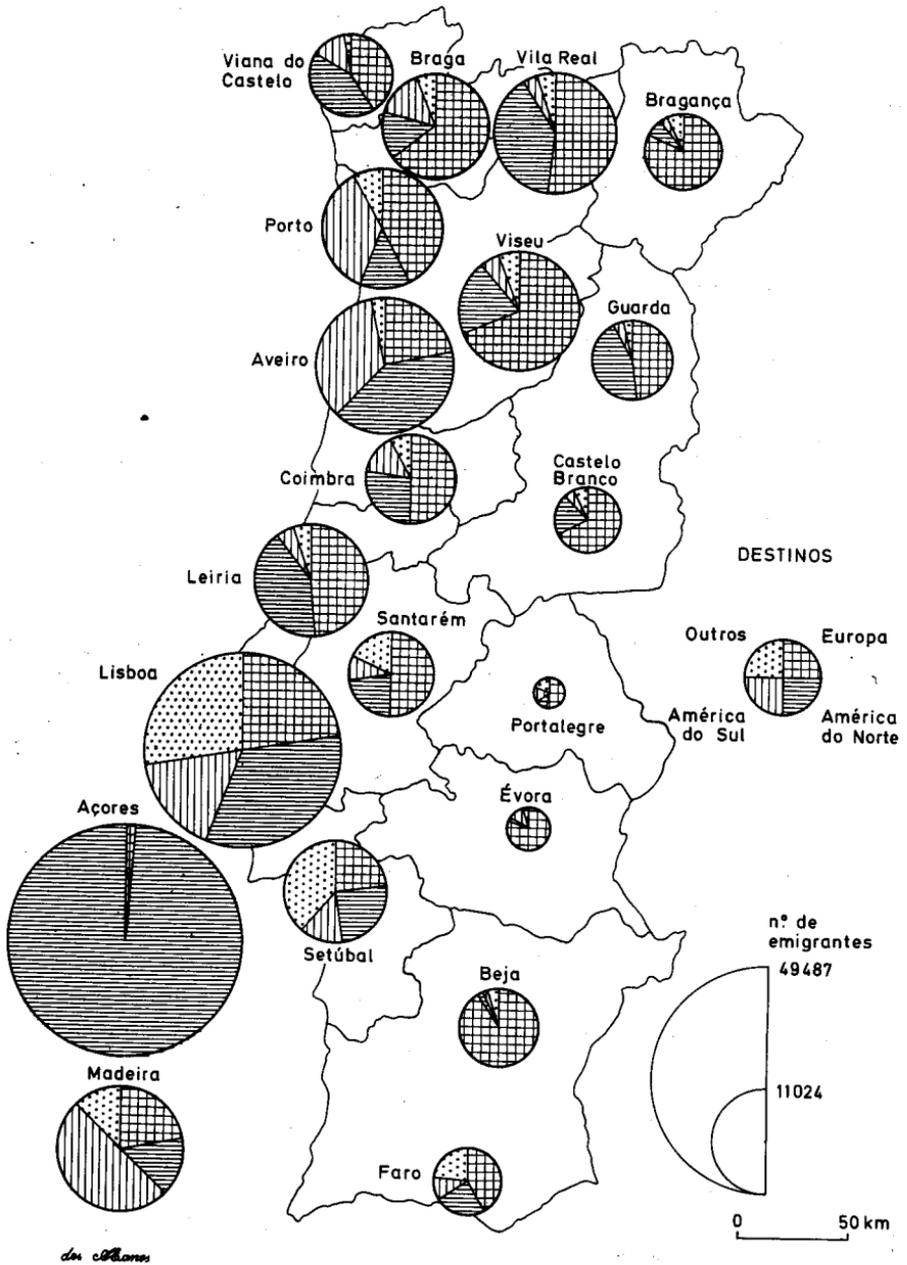


Fig. 2 — Distritos de origem e destinos dos emigrantes (1974-1983).

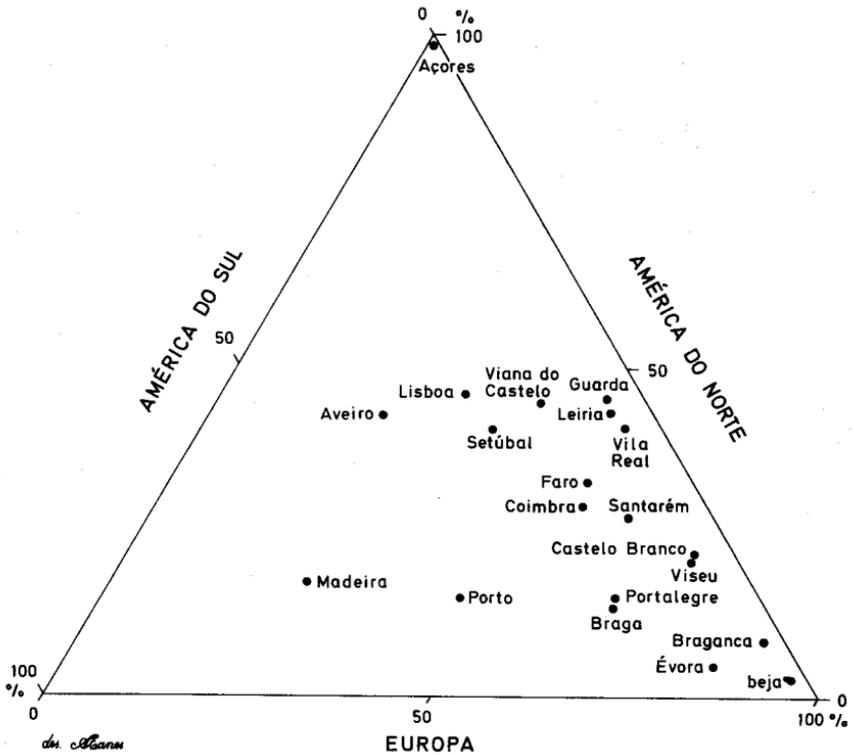


Fig. 3 — Principais destinos dos emigrantes, por distritos de origem: Europa, América do Norte e América do Sul (1974-1983).

expressamente, envolveu 40.703 das 166.611 pessoas que partiram (cerca de 25%). Para alguns países europeus, como a França e a Suíça, o movimento é apreciável, com relevância, no segundo, das actividades turísticas e hoteleiras.

Por outro lado, entre os emigrantes permanentes, há muitos que vão apenas juntar-se a familiares já radicados no país de destino, os quais garantirão a sua subsistência. Em 1980-83, isso aconteceu com 30.206 dos 51.956 emigrantes permanentes (58%); assim se explicam os níveis relativamente elevados da emigração para um país como a França, em que aquela depara com fortes limitações e onde os emigrantes permanentes do nosso país nas condições referidas se elevaram a 85%.

Decerto influenciada por estes factos, foi apreciável a percentagem de indivíduos do sexo feminino nos emigrantes permanentes em 1976-83 (45%), ao mesmo tempo que resultava um tanto diminuta a das pessoas com 15 a 49 anos (65%; com menos de 15 anos, 27%). Em contraste com estes números, nos emigrantes temporários do mesmo período, registaram-se apenas 23% do sexo feminino e a larga margem de 98% entre os 15 e os 49 anos. Para o conjunto do decénio de 1974-83 e em relação ao

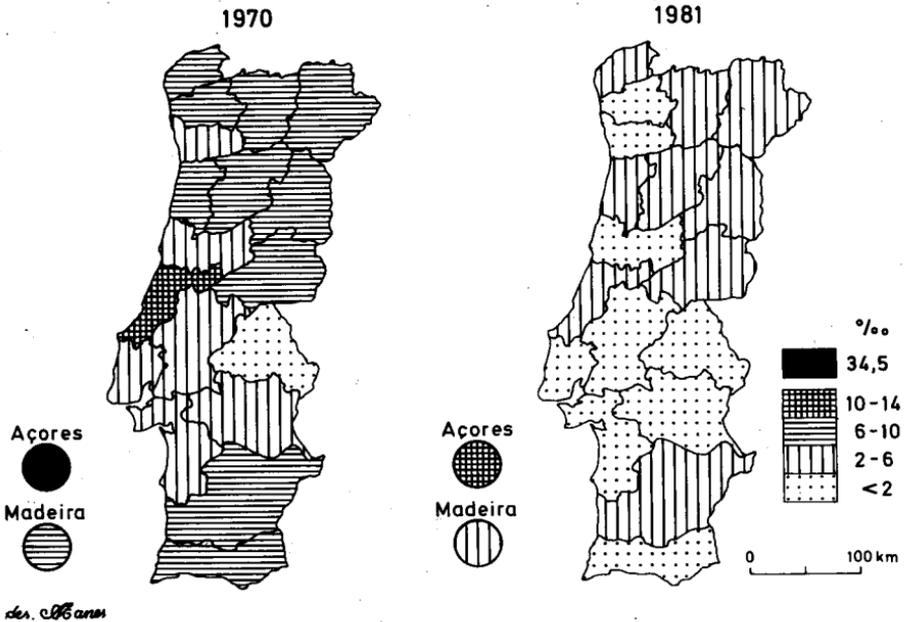


Fig. 4 — Relação entre os emigrantes (médias anuais de 1969-72 e 1979-82) e a população residente em 1970 e 1981.

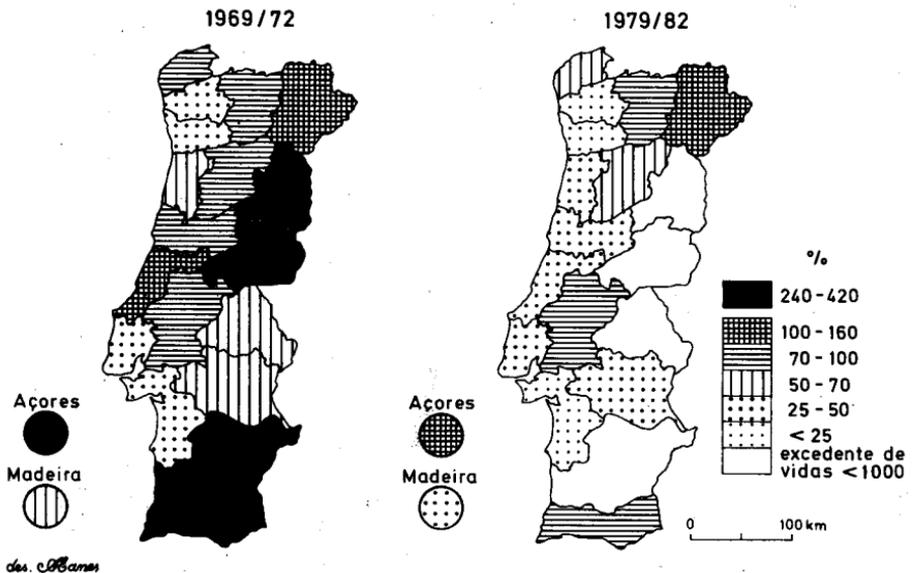


Fig. 5 — Relação entre o número de emigrantes e o de excedentes de vidas em 1969-72 e 1979-82.

total de emigrantes, os valores registados foram os seguintes: indivíduos do sexo feminino, 42%; indivíduos até aos 14 anos, 26%; entre 15 e 49 anos, 68%; com 50 anos e mais, 6%. Como se vê, ligeiramente menos acentuada, detecta-se a tendência acima assinalada para os emigrantes permanentes entre 1976 e 1983.

No que diz respeito à profissão, tomando em conta os emigrantes permanentes com 14 e mais anos, no período de 1976-83, verificamos que, para um total de 52.618, havia 9883 trabalhadores rurais (19%) e 30.216 operários e condutores de veículos diversos (57%); destes últimos, 6410 estavam ligados à construção civil (12% do total de emigrantes permanentes com 14 e mais anos). O contexto dos anos 60, em que, nos emigrantes com actividade económica, predominavam os do sector primário, já não corresponde portanto à realidade, nos nossos dias.

### III

Perante os novos condicionalismos da emigração portuguesa, os investigadores que analisam as suas implicações são forçados a encará-la segundo perspectivas não vislumbradas, ainda há pouco tempo. Os perigos de esvaziamento demográfico do país, particularmente em certas regiões, o enunciado dos inconvenientes económicos da saída maciça de gente na força da vida, nas melhores condições para trabalhar, eram aspectos particularmente salientados até ao começo dos anos 70; hoje, reflecte-se sobre as consequências da interrupção do fluxo migratório e estuda-se, com alguma preocupação, o problema do retorno dos emigrantes, que começa a fazer-se sentir<sup>(5)</sup>.

O número de portugueses residentes no estrangeiro elevar-se-ia a cerca de 3 milhões, segundo dados reunidos por JOEL SERRÃO e relativos a 1975-77<sup>(6)</sup>. Elementos posteriores, difundidos a partir da Secretaria de Estado da Emigração, indicam-nos, para Janeiro de 1984, perto de 4 milhões, que viviam em 96 países; entre estes, salientavam-se o Brasil (com 1.200.000), a França (900.000), a África do Sul (600.000), os Estados Unidos (263.000), o Canadá (235.000), a Venezuela (220.000) e a Alemanha Federal (106.000)<sup>(7)</sup>.

(5) Sobre este último assunto, veja-se o importante trabalho de MANUELA SILVA e outros, *Retorno. Emigração e Desenvolvimento Regional*, Lisboa 1984. Daquela autora, condensando algumas ideias fundamentais, é o artigo «O Impacto Regional do Retorno de Emigrantes», *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 2, Lisboa 1984, p. 213-224.

(6) «Três Milhões de Expatriados», artigo em *O Jornal*, Lisboa, de 29 de Junho de 1979.

(7) Declarações da Secretária de Estado da Emigração, reproduzidas no *Diário de Notícias*, Lisboa, 8 de Março de 1984. De acordo com outras fontes, estes valores serão bem inferiores. Por exemplo, no recenseamento efectuado em 1982 na França, apurou-se a existência de 764.860 portugueses (ALBANO CORDEIRO, *L'Immigration*, 2ème. ed., Paris 1984, p. 79); segundo o censo do Brasil, concluído por amostragem em Setembro de 1980, o número de portugueses naquele país seria apenas de 348.815, o que se afigura demasiado escasso, em confronto com avaliações diversas correntemente citadas (LEONOR XAVIER, «Os Portugueses no Brasil. Os Números e a Geografia», artigo no *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 de Julho de 1985).

É sabido que os capitais transferidos anualmente por estes emigrantes para Portugal são vultuosos. Segundo os últimos *Anuários Estatísticos*, elevaram-se a 146,6 milhões de contos em 1980, 175,1 em 1981, 208,4 em 1982 e 235,7 em 1983 (em 1974, 29,1 milhões de contos).

Entretanto, em 1977 foram promulgadas em França medidas de encorajamento ao retorno dos imigrantes, através de ajudas financeiras; consideradas ilegais em fins de 1978, continuaram a ser aplicadas, não obstante isso, até 1981<sup>(8)</sup>. E a verdade é que, ao abrigo de tais disposições, regressaram ao seu país, entre Junho de 1977 e Maio de 1979, pouco mais de 23.000 portugueses que se encontravam na França<sup>(9)</sup>.

O movimento de retorno deve assumir, deste modo, grande amplitude. No trabalho de MANUELA SILVA e outros investigadores, acima citado, avalia-se em cerca de 480.000 o número de emigrantes regressados entre 1966 e 1980, e aponta-se para a possibilidade de voltarem 390.000 entre 1980 e 1990 (p. 59, cálculos de CUSTÓDIO CONIM). Daí a ideia claramente expressa de que «no final de 1990, um efectivo superior a metade da população emigrada nos países da CEE terá retornado a Portugal a manterem-se as tendências» detectadas e analisadas no estudo referido (p. 60-61).

Estas estimativas são apenas aproximadas e o fenómeno em causa será enquadrado futuramente no contexto da adesão de Portugal à CEE. De qualquer modo, as suas repercussões aos mais diversos níveis são da maior relevância e não é possível ignorá-lo a fechar esta nota, no âmbito da qual não cabe, porém, o desenvolvimento do assunto.

CARLOS ALBERTO MEDEIROS

(8) ALBANO CORDEIRO, *Ob. cit.*, p. 90. Neste livro, encara-se o fenómeno migratório em relação ao país de acolhimento e, portanto, segundo uma perspectiva de certo modo oposta (por isso mesmo, muito interessante) à que se encontra habitualmente nos trabalhos portugueses.

(9) Ainda muito recentemente, em Setembro de 1985, a imprensa portuguesa referiu que, até ao fim do ano, regressariam 5.000 portugueses, no âmbito de acordos entre as autoridades francesas e as empresas empregadoras, com garantia de postos de trabalho aos interessados. Estes acordos aplicam-se a um conjunto de 20.000 emigrantes, incluindo também argelinos, marroquinos e turcos.